



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002221-59.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Acréscimo ao objeto contratual - Contrato Administrativo n. 12/2023 - Prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos.

DESPACHO Nº 1516 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação operou-se a contratação da empresa **PRESERVA SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **15.515.617/0001-17**, com intuito de atender a prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), com valor total estimado de **R\$ 1.423,45** (um mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, ajuste que se encontra em plena vigência.

Nos termos da Solicitação n. 63/2023- COTEP ([1091087](#)), a unidade gestora da contratação pleiteia o **acréscimo de 25%** ao valor inicial do contrato, que corresponde a **R\$ 355,86** (trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), tendo em vista a necessidade da ambientalmente correta do máximo de baterias possível, utilizando-se o contrato em vigência.

De posse dos autos, o Secretário da SAOFC, despachou o feito rementendo-o as unidades competentes (COF, SECONT e AJSAOFC) para operacionalização das medidas necessárias a análise do aditamento pretendido ([1091673](#)).

Em cumprimento à determinação do titular da SAOFC, a SPOF juntou ao evento n. [1092209](#) a programação orçamentária, certificando que as despesas pretendidas pela Administração estão adequadas e compatíveis, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual, havendo compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes. A SECONT juntou minuta de Termo aditivo ao evento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [1095529](#), com o acréscimo contratual pleiteado, remetendo o feito a AJSAOFC ([1095530](#)).

A AJSAOFC exarou o parecer jurídico n. 298/2023 ([1097429](#)), opinando, em síntese, pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, correspondente a 24,98% (vinte e quatro e noventa e oito por cento) do valor do contrato, com fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93 e, ainda, na Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Sexta do Contrato nº 12/2023 ([1019572](#)), aprovando, por fim a minuta do termo aditivo juntada no evento n. [1095529](#).

Considerando os termos opinados pela unidade gestora, bem como das razões expostas no parecer jurídico n. 298/2023 ([1097429](#)), a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do acréscimo pretendido do valor do contrato nº 12/2023 ([1019572](#)) uma vez que se encontra dentro dos limites legais, pelo reforço da nota de empenho no valor do aditivo e pela inclusão de cláusula relativa a prevenção do Assédio Moral, sexual e da Discriminação ([1097823](#)).

Assim, vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente cabe registrar que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002**, com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Conforme relatado, no presente caso, a Administração pretende operar um acréscimo no contrato nº 12/2023 ([1019572](#)), em razão da necessidade de destinação ambientalmente correta de baterias armazenadas neste Tribunal. Hipótese permitida pelo **art. 65, inciso I, alínea “b” da Lei n. 8.666/93**:

Seção Da Alteração dos Contratos

III

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei **poderão ser alterados**, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual **em decorrência de acréscimo** ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; (grifei)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Uma vez identificado o tipo de alteração, passa-se a análise dos limites quantitativos a que os tipos de alterações estão submetidos, encontrando a matéria regramento nas disposições expressas no §1º do art. 65, nos seguintes termos:

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:

[\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

I - (VETADO) [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

[\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

[1998\)](#)

(...)

Da leitura do texto normativo supra, extrai-se que em se tratando de alterações ou supressões quantitativas é necessária a obediência ao **limite máximo ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato ou instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, no caso sob análise, Contrato Administrativo nº 12/2023 ([1019572](#)).

O **acrécimo** que ora se pleiteia será no montante de **R\$ 355,60 (trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)** ([1091087](#)), equivalente a **24,98%** (vinte e quatro inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do valor inicial do contrato em vigor no valor de **R\$ 1.423,45** (um mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), portanto, dentro do limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93, conforme acima citado, também expressamente registrado na Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 12/2023 ([1019572](#)).

Observa-se, ainda, que o acréscimo pleiteado faz-se necessário como medida para garantir a destinação ambientalmente correta do máximo de baterias possível, utilizando-se do contrato em vigência, cumprindo-se, assim os comandos contidos na legislação ambiental aplicável aos contratos administrativos de interesse da coletividade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim sendo, no tocante ao aspecto legal, não se observa óbice para efetivação da modificação unilateral pretendida, pela contratante, uma vez que os preceitos normativos foram observados.

No que diz respeito ao **aspecto orçamentário**, o valor do referido aditivo, conforme já relatado há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e **comprovação da disponibilidade orçamentária necessária à cobertura do acréscimo da despesa pretendida** ([1092187](#) e [1092209](#)).

Cabe ainda salientar que, nos termos registrados na Subcláusula Segunda da Cláusula Primeira da minuta juntada ao evento n. [1095529](#), não há exigência de garantia contratual para esta contratação e, consequentemente, para o acréscimo sob exame.

De modo geral, feitos os registros acima, verifica-se que o acréscimo pretendido poderá ser efetivado com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, todos da Lei nº 8.666/93 e na Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Sexta do Contrato nº 12/2023 ([1019572](#)).

Por fim, cabe registrar que nos termos da minuta de termo aditivo juntada ao evento n. [1095529](#), ainda há a previsão de alteração contratual para inclusão de disposição expressa sobre o dever da contratada de observar a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, nos seguintes termos:

"A CONTRATADA deverá observar e cumprir a Resolução nº 31, de 25 de agosto de 2023, deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, havendo ocorrências".

No tocante a inclusão da referida cláusula, de fato nos termos da Resolução TRE/RO n. 31/2023 ([1053966](#)), mais especificamente de seu art. 26, há disposição de que tal política deverá integrar, mediante cláusula expressa, todos os contratos, incluindo os de prestação de serviços firmados neste Tribunal, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores.

Em razão do exposto, não há óbice para a alteração apontada visando a inclusão de cláusula específica sobre o tema assédio, que inclusive demonstra o alinhamento desta Administração aos ditames



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atuais exigidos pela sociedade, atendendo, ainda, os comandos normativos em vigor que tratam do tema trazidos pela Resolução n.º 351/20 do CNJ.

Destarte, não há óbice legal para efetivação das modificações unilaterais instrumentalizadas na minuta de Termo Aditivo n.º 1 ([1095529](#)) já aprovada pela AJSAOFC, em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, registrando-se que deverão ser mantidos os demais termos e condições pactuados, observadas todas as condições e prazos constantes no instrumento originário.

Por todo exposto, com amparo no inciso II do art. 1º da Portaria 66/201//GP:

1 - AUTORIZO o acréscimo de R\$ 355,60 (trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) correspondente ao percentual de **24,98%** (vinte e quatro inteiros e noventa e oito centésimos por cento) sobre o valor do Contrato n.º 12/2023 ([1019572](#)), com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, da Lei n.º 8.666/93, na Subcláusula Segunda da Cláusula Decima Sexta do Contrato n.º 12/2023 ([1019572](#)), a ser formalizado por meio de termo aditivo; e

2 - AUTORIZO a inclusão do item XXVI na Cláusula Décima Primeira do Contrato n.º 12/2023, que diz respeito a **política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação**, regulamentado no âmbito deste Regional por meio da Resolução n.º 31/2023, em respeito as disposições trazidas pela Resolução n.º 351/20 do CNJ;

3 - DETERMINO o reforço da Nota de Empenho no valor de R\$ 355,86 (trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), em favor da empresa contratada PRESERVA SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 15.515.617/0001-17.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 15/12/2023, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1098708** e o código CRC **95A427EE**.

0002221-59.2021.6.22.8000